

substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças de Alijó (Secção de Cobrança), por impedimento do titular do cargo, com efeitos reportados a 1 de Novembro de 2005.

Ana Cristina Oliveira Simões R. Martins, técnica de administração tributária do nível 1 — nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças de Pombal 2 (Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Março de 2006.

João Carlos Martins Vieira Esteves, técnico de administração tributária-adjunto do nível 3 — nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Arcos de Valdevez (Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Março de 2006.

Maria Teresa Baptista Pereira Santos, técnica de administração tributária do nível 1 — nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças de Covilhã 2, por impedimento do titular do cargo, com efeitos reportados a 1 de Março de 2006.

José Luís Nogueira C. Borges Alves, técnico de administração tributária do nível 1 — nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Seixal 2 (Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Maio de 2005.

António Manuel Fernandes, técnico de administração tributária do nível 1 — nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Macedo de Cavaleiros, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Dezembro 2005.

Martinho Magno Martins, técnico de administração tributária-adjunto do nível 2 — nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Vinhais, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2006.

Maria Luísa Peixoto Gonçalves Pereira, técnica de administração tributária do nível 1 — nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças de Santiago do Cacém (Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Março de 2006.

José Manuel Malabar D. D. Consciência, técnico de administração tributária do nível 1 — nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças da Moita, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Dezembro de 2005.

Paulo José Silva Pereira Marques Branco, técnico de administração tributária-adjunto do nível 2 — nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Sesimbra, por impedimento do titular do cargo, com efeitos reportados a 1 de Fevereiro de 2006.

Maria Luísa Rodrigues Ferreira, técnica de administração tributária do nível 1 — nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças de Torres Vedras 2, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Março de 2006.

Virgílio de Campos Lourenço, técnico de administração tributária do nível 1 — nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças da Lousã, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Abril de 2006.

Maria José Jerónimo Albino Mota, técnica de administração tributária do nível 1 — nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças da Lousã, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Março de 2006.

28 de Abril de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA SAÚDE

Despacho conjunto n.º 391/2006. — O Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, vem possibilitar que nos serviços e organismos da Administração Pública que disponham de viaturas do Estado que lhes estejam afectas e tenham carência de motoristas seja permitida a condução em serviço dessas viaturas por outros funcionários e agentes que neles exerçam funções e estejam habilitados com carta de condução válida.

A prestação de cuidados de saúde domiciliários e o apoio nas áreas da saúde pública e da saúde oral, bem como a verificação de obras, são algumas das tarefas directa ou indirectamente relacionadas com a actividade assistencial que implicam a deslocação frequente dos funcionários e agentes das administrações regionais de saúde, respectivas sub-regiões de saúde e centros de saúde em serviço externo.

Apesar da existência de viaturas disponíveis, a carência de motoristas compromete a realização da actividade assistencial e a optimização dos recursos, na medida em que a utilização de automóvel próprio traduz um maior encargo económico.

Com vista a garantir a manutenção da actividade assistencial no âmbito dos cuidados de saúde primários e na perspectiva de desenvolver o apoio domiciliário, direccionado para os cuidados de saúde continuados, importa possibilitar que os funcionários e agentes das administrações regionais de saúde, respectivas sub-regiões de saúde e centros de saúde conduzam as viaturas oficiais nas deslocações em serviço.

Assim, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, determina-se:

1 — É conferida autorização genérica de condução de viaturas oficiais aos funcionários e agentes das administrações regionais de saúde, respectivas sub-regiões de saúde e centros de saúde.

2 — A permissão conferida nos termos do número anterior aplica-se exclusivamente às deslocações em serviço, ou seja, as que são determinadas por motivos de interesse público e são autorizadas, individual e casuisticamente, pelo conselho de administração da respectiva administração regional de saúde.

3 — A permissão genérica de condução conferida nos termos do presente despacho caduca individual e imediatamente com o termo das funções exercidas à data da sua autorização, ou com o termo das condições que justificaram a sua atribuição.

4 — Para a execução do presente despacho aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro.

19 de Abril de 2006. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*. — A Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, *Carmen Madalena da Costa Gomes e Cunha Pignatelli*.

Despacho conjunto n.º 392/2006. — Considerando que se deve retomar a preparação do lançamento de uma parceria público-privada para o novo Hospital de Loures, são nomeados, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 86/2003, de 26 de Abril, para integrar a comissão de acompanhamento que supervisiona a preparação do referido projecto de parceria:

Em representação do Ministro de Estado e das Finanças:

Professor Rui Sousa Monteiro.
Licenciada Isabel Brazão.

Em representação do Ministro da Saúde:

Licenciado Manuel Teixeira, presidente do Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde, que coordenará.
Licenciado Nunes Pedroso, adjunto do encarregado de missão da Estrutura de Missão Parcerias.Saúde.
Licenciado Adriano Natário, director de serviços da Direcção-Geral de Saúde.

21 de Abril de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral de Infra-Estruturas

Rectificação n.º 743/2006. — Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 7010/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 63, de 29 de Março de 2006, rectifica-se que onde se lê «nomeio para o cargo de técnico auxiliar de electricidade e material de Estação Ibéria Nato» deve ler-se «nomeio para o cargo do técnico de manutenção de electrónica da Estação Ibéria Nato».

12 de Abril de 2006. — Pela Director-Geral, o Subdirector-Geral, *Olegário Mendes Patrício*.

Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional

Despacho n.º 10 595/2006 (2.ª série). — 1 — No uso das competências subdelegadas pelo despacho n.º 16 327/2005, de 12 de Julho, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo pelo período de 15 dias, com início em 1 de Maio de 2006, a comissão do primeiro-sargento CM 250077, Carlos Lopes Godinho Mourão,

no desempenho das funções de assessor técnico do projecto n.º 2, «Componente naval das FDTL», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de Timor-Leste.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado continuará a desempenhar funções em país da classe C.

19 de Abril de 2006. — O Director-Geral, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, tenente-general.

Despacho n.º 10 596/2006 (2.ª série). — 1 — No uso das competências subdelegadas pelo despacho n.º 16 327/2005, de 12 de Julho, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo Estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo pelo período de 180 dias, com início em 19 de Junho de 2006, a comissão do capitão-de-mar-e-guerra RES 55267, Augusto César da Gama Ferreira de Carvalho, no desempenho das funções de assessor técnico do Projecto n.º 1, «Apoio ao Ministério da Defesa Nacional/Estado-Maior-General das Forças Armadas angolanas», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5 da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado continuará a desempenhar funções em país da classe C.

19 de Abril de 2006. — O Director-Geral, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, tenente-general.

Despacho n.º 10 597/2006 (2.ª série). — 1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 16 327/2005, de 12 de Julho, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio pelo período de 30 dias o 16797390, MAJ ADMIL José Carlos Bento Paulo, para desempenhar funções de assessoria técnica no âmbito do Projecto n.º 1, «Estrutura superior das Forças Armadas da República de Cabo Verde», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Cabo Verde.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe B.

27 de Abril de 2006. — O Director-Geral, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, tenente-general.

Instituto da Defesa Nacional

Despacho (extracto) n.º 10 598/2006 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Fevereiro de 2006 do Ministro da Defesa Nacional:

COR ART NIM 10523283, João Jorge Botelho Vieira Borges — nomeado para exercer funções de assessor de estudos deste Instituto, em acumulação de funções na Academia Militar, continuando a auferir a sua remuneração pelo serviço de origem, nos termos das disposições do artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 41/91, de 18 de Agosto, conjugadas com o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 47/93, de 26 de Fevereiro, ouvido o Chefe do Estado-Maior do Exército, com efeitos a 26 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Abril de 2006. — O Director, *João Marques de Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 10 599/2006 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Abril de 2006 do director do Instituto da Defesa Nacional:

Maria Filomena de Almeida Baptista Ruivo Gabriel, técnica superior principal do quadro de pessoal do Instituto de Reinserção Social — transferida para idêntico lugar no quadro próprio de pessoal do Instituto da Defesa Nacional, depois de obtida a anuência da presidente do Instituto de Reinserção Social, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com

efeitos a 1 de Maio de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Abril de 2006. — O Subdirector, *José Manuel Freire Nogueira*, major-general.

MARINHA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

Portaria n.º 910/2006 (2.ª série). — Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por antiguidade ao posto de capitão-de-fragata, em conformidade com o previsto na alínea b) do artigo 216.º do EMFAR, o 22184, capitão-tenente da classe de engenheiros de material naval Paulo Alexandre Rodrigues Soares (adido ao quadro), que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respectivamente, nos artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto, a contar de 1 de Janeiro de 2006, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe é devido o vencimento do novo posto, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, em consequência da vacatura ocorrida nessa data resultante do aumento do quadro especial, conforme o despacho n.º 34/2006, de 23 de Fevereiro, que viabilizou uma promoção ao posto de capitão-de-fragata ao abrigo dos n.ºs 4 e 5 do artigo 165.º do EMFAR, ficando colocado no 1.º escalão do novo posto.

Este oficial, uma vez promovido, deverá ser colocado na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 22384, capitão-de-fragata da classe de engenheiros de material naval Luís Eduardo Moita Rodrigues.

28 de Abril de 2006. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes*, almirante.

FORÇA AÉREA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

Portaria n.º 911/2006 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o oficial em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea b) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea d) do n.º 1 do artigo 217.º e no n.º 5 do artigo 255.º do mesmo Estatuto:

Quadro de oficiais TABST:

Tenente-coronel:

MAJ TABST Q (020247-K) Fernando de Sousa Oliveira, IGFA.

Preenche a vaga em aberto no respectivo quadro especial pela passagem à situação de reserva do TCOR TABST (020231-C) António Maria da Silva Gomes, verificada em 24 de Fevereiro de 2006.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 24 de Fevereiro de 2006.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

1 de Março de 2006. — O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, *Manuel José Taveira Martins*, general.

Portaria n.º 912/2006 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os oficiais em seguida mencionados sejam promovidos ao posto que lhes vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea c) do n.º 1 do artigo 217.º e no n.º 4 do artigo 255.º do mesmo Estatuto:

Quadro de oficiais TABST:

Major:

CAP TABST ADCN (059744-K) Jorge Manuel dos Ramos Gonçalves, JHQL.